

União Europeia ou Estado Europeu?

Geraldo Afonso da Cunha*
07 de fevereiro de 2017

O incontestável e irreversível fenômeno da Globalização resultou em uma nova estruturação da Comunidade Internacional ou, mais precisamente, da “aldeia global”. Foi no contexto da Globalização que o mundo foi redesenhado e a partir do *boom* da Internet os atos e fatos humanos passaram a retumbar em tempo real no mundo inteiro...

Esta realidade, que não admite um mínimo sequer de retrocesso, uniu a humanidade em muitas vertentes, mas também sofisticou a guerra, fez surgir o cibercrime e requintou as ações terroristas. As desordens e inquietações internacionais facilitaram a eclosão de guerras e estas passaram a ser travadas com os ditos “ataques cirúrgicos”, mas as desgraças comuns às guerras em nada foram minimizadas.

Nesse cenário, a atual União Europeia (UE), criada em 1992, tendo como embrião o Mercado Comum Europeu (MCU) ou Comunidade Econômica Europeia (CEE), criada em 1957, pode ser vista como o maior exemplo da evolução e do aproveitamento da Globalização dos mercados, de Estados e, porque não dizer, das atividades humanas desenvolvidas em quase todo o Velho Continente. Os objetivos da UE são de ordem econômica, política e social, com vista à prosperidade dos seus Estados-Membros.

É público e notório que a perfeição não se amolda à natureza dos humanos. *Contrario sensu*, suas construções e seus feitos, em regra, são fadados a falhas e defeitos diversos. Talvez isso seja fruto da ganância, da maldade, da cobiça e tantas outras mazelas que o homem carrega em seu âmago.

A evolução da União Europeia fez surgir uma forma ímpar de se aproximar vários países europeus. A União passou a ter *Constituição, moeda única, Parlamento* e outros órgãos colegiados, aumentando o seu *staff* em prol dos seus objetivos e de seus fins. Por outro lado, todo esse aparato organizacional serve à ingerência em negócios domésticos dos países-membros, eliminando suas fronteiras e “estrangulando” quase por completo a soberania interna e externa dos que permaneceram fiéis à União; muitos de seus aspectos culturais foram afetados e quase todos os membros abriram mão de suas milenares moedas para dar lugar ao “reluzente Euro”.

Em verdade, penso que as características da UE foram além do que deveria ser o seu verdadeiro propósito, qual seja, o livre comércio voltado para o desenvolvimento social e econômico dos seus membros.

Difícil compreender como uma organização internacional pode ingerir tanto na gestão ou no governo dos seus Estados-Membros... Difícil compreender, também, o fato de a UE poder se intrometer em negócios domésticos dos Estados que a integram, nomeadamente no âmbito da soberania interna. Como entender que o ‘sapateiro possa ir além das sandálias’, que a UE, com suas Diretivas possa criminalizar e descriminalizar certas condutas, alterando ordenamentos

* O autor é brasileiro, Advogado, Mestre em Direito e Especialista em Segurança Pública. Atualmente está cursando Doutorado em Direito e Segurança (DDS) na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

jurídicos internos dos seus Estados-Membros? Isso não se traduz numa forma de usurpação de poder estatal?

Não seria melhor que a União se ocupasse tão-somente com a regulamentação da mercancia entre os seus Estados-Membros? Não seria prudente deixar os governantes governarem de fato e de direito os seus Estados? O modelo adotado pela UE seria realmente o melhor para todos os seus membros? A moeda única seria (ou é) mesmo fundamental para a pujança econômica dos Estados da União? Qual foi mesmo o real motivo do *brexit*?

Do início do *brexit* até hoje, outros Estados já deram sinal da pretensão de seguir o Reino Unido e deixar a UE. Nesse pormenor, o radicalismo de Donald Trump, que parece exteriorizar a sua vontade de manter os Estados Unidos da América isolados da comunidade internacional, já propalou que a UE é um erro e que a segurança garantida à Europa pela NATO é muito cara para o Tio Sam. Assim é que Trump propalou em sua campanha presidencial que se eleito fosse o seu país deixaria a NATO.

Considerando a hipótese da retirada dos Estados Unidos da NATO, como ficaria (ou ficará) a segurança dos países a ela filiados na Europa, nomeadamente em face dos atuais e iminentes riscos representados pelo auto proclamado Estado Islâmico e pelo manifesto desejo expansionista de Vladimir Putin? ***A manutenção ou não dos Estados Unidos na NATO ou a manutenção da NATO sem o poderio militar Americano: eis a grande e crucial questão!***

Mais precisamente no contexto da saída do Reino Unido da União Europeia, penso que isto poderá gerar um “efeito dominó”, como já afirmado por *experts* na mídia, e dar “ânimo” a outros países para deixar a União, enfraquecendo-a passo a passo.

Nesse contexto, entendo que a UE deve ser repensada e redesenhada. Até acredito na manutenção da moeda única, mas entendo que a livre circulação de pessoas no espaço *Schengen* deve ser extremamente controlada. A Segurança – *lato sensu* – tem que ser privilegiada! A Segurança nos dias hodiernos, talvez mais do que nunca, se apresenta como uma das maiores preocupações no mundo inteiro. Nesse sentido, importa sublinhar que o direito fundamental à *Segurança e à Liberdade é dever-função do Estado de Direito Democrático (EDD)* que consiste em oferecer condições ideais (ou satisfatórias) ao livre e pleno desenvolvimento humano. Em razão de a *Segurança Humana* abranger várias vertentes da vida do homem, tenho comigo que ela tem mesmo que ser destacada no rol dos deveres impostos ao Estado. É por isto que entendo (e atribuo) a esse direito o *status* de *Super Direito Fundamental*, dada a sua *conditio sine qua non* de garantir condições necessárias/satisfatórias ao exercício da imensa maioria dos direitos (fundamentais ou não) consagrados ao povo nos EDD. Ante este entendimento, vejo o direito à Segurança como uma *condicionante* à efetivação dos demais direitos.

E ainda mais, não vejo longevidade na “ingerência da UE” na soberania dos seus Estados-Membros. Não há como se conceber uma organização internacional que funciona como se fosse um “Super Estado”. Os usos e costumes, os idiomas, a cultura em geral e outros fatores e características dos povos envolvidos tornam esta “façanha” praticamente impossível e certamente indesejada por muitos.

Como já mencionei atrás, entendo que a União Europeia deve ser concebida tão-somente para facilitar as relações comerciais entre os seus Estados-Membros e a partir dessa “ajuda” eles devem seguir seus destinos. Com fulcro nesse entendimento, não vejo nenhuma necessidade do descomunal aparato que hoje integra e faz “funcionar” a União Europeia. Nesse sentido, temos:

Parlamento Europeu, Comité Económico e Social, Comité das Regiões, Banco Europeu de Investimento e seu Fundo Europeu de Investimento, Banco Central Europeu, Provedor de Justiça, Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Serviço Europeu de Seleção de Pessoal, Escola Europeia de Administração, agências especializadas em desempenhar certas funções técnicas, científicas ou de gestão e vários outros órgãos e setores. O funcionamento de todos esses órgãos e da União Europeia propriamente dita implica em gastos financeiros de grande monta e que, por óbvio, são bancados pelos Estados-Membros.

Por derradeiro, uma última questão: os benefícios decorrentes da UE realmente superam os custos financeiros e o vilipêndio da soberania dos seus Estados-Membros?

Declaro que o texto acima é da minha autoria e que sou responsável por todo o seu conteúdo.